



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC
COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPE
CENTRO DE FORMAÇÃO E APOIO À EAD – CERFEAD

Pós-Graduação Lato Sensu: Especialização em DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Florianópolis, Outubro de 2016

SUMÁRIO

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	3
1.1 Mantenedora.....	3
1.2 Mantida – Campus Proponente.....	3
1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto.....	3
1.4 Grupo de Trabalho para Elaboração do PPC.....	3
1.5 Contextualização da IES.....	4
2 DADOS DO CURSO.....	6
2.1 Requisitos Legais.....	7
2.2 Parceria externa para a realização do curso.....	7
2.3 Dados para preenchimento do certificado.....	7
3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	8
3.1 Justificativa da oferta do curso.....	8
3.2 Objetivos do curso.....	15
3.3 Contribuições para o egresso – Competências Profissionais.....	15
3.4 Público alvo.....	15
3.5 Ingresso no curso.....	16
3.6 Desligamento discente.....	16
4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO.....	16
4.1 Metodologia.....	16
4.2 Matriz Curricular.....	18
4.3 Componentes curriculares.....	18
4.4 Atividades complementares – Webinários.....	27
4.5 Avaliação do Processo Ensino e de Aprendizagem.....	28
4.6 Trabalho de Conclusão de Curso.....	28
4.7 Atividades de Tutoria.....	29
4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente.....	30
4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica.....	30
5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	31
5.1 Coordenador do Curso.....	31
5.2 Corpo Docente.....	31
5.3 Colegiado do Curso.....	31
6 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	32
6.1 Instalações gerais e equipamentos.....	32
6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD).....	32
6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD).....	32
6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD).....	32
6.5 Biblioteca.....	32
7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	33
8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO.....	33
9 ANEXO.....	33

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 Mantenedora

Nome da Mantenedora: INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC

Endereço: Rua: 14 de Julho **Número:** 150

Bairro: Coqueiros **Cidade:** Florianópolis **Estado:** SC

CEP: 88.075-010 **CNPJ:** 11.402.887/0001-60

Telefone(s): (48) 3877-9000

Ato Legal: Lei 11.892/2008

Endereço WEB: www.ifsc.edu.br

Reitor(a): Prof^a. Dr^a. Maria Clara Kaschny Schneider

Orientação: (Nome da mantenedora, base legal da mantenedora (endereço, CEP, razão social, registro em cartório e atos legais, CNPJ, telefone, email, página web)

1.2 Mantida – Campus Proponente

Nome da Mantida: CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CERFEAD

Endereço: Rua: Duarte Schutel **Número:** 99

Bairro: Centro **Cidade:** Florianópolis **Estado:** SC

CEP: 88.015-640 **CNPJ:** 11.402.887/0001-60

Telefone(s): (48) 3131-8816

Ato Legal: Resolução CONSUP 08/2014

Endereço WEB: www.ifsc.edu.br

Diretor-Geral(a): Prof. Dr. Oliveir Allain

Orientação: Nome da mantida: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus XX.

1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto

Paulo Roberto Wollinger	wollinger@ifsc.edu.br	(48) 3131-8823 ou (48) 9673-9706
Olivier Allain	olivier@ifsc.edu.br	(48) 3131-8825 ou (48) 9136-6562
Maria Luisa Hillesheim de Souza	marialuisa@ifsc.edu.br	(48) 3131-8816

Orientação: Até 3 nomes com telefone e e-mail

1.4 Grupo de Trabalho para Elaboração do PPC

Amilton Luiz Rabello	amilton@ifsc.edu.br	(48) 3131-8823
Carlos Alberto de Mello	carlos.mello@ifsc.edu.br	(48) 3131-8813

Érico de Ávila Madruga	erico@ifsc.edu.br	(48) 3131-8823
Maria Luisa Hillesheim de Souza	marialuisa@ifsc.edu.br	(48) 3131-8816
Olivier Allain	olivier@ifsc.edu.br	(48) 3131-8825
Paulo Roberto Wollinger	wollinger@ifsc.edu.br	(48) 3131-8823
Sabrina Bleicher	sabrina.bleicher@ifsc.edu.br	(48) 3131-8812

GT criado pela Portaria IFSC Reitoria nº 1370 de 26 de abril de 2016 (memorando 79/2016 CERFEAD-EAD)

1.5 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública de educação profissional, que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, incluindo a formação docente, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com diversos setores da sociedade catarinense.

A Instituição é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Possui uma reitoria e 22 campi. Foi criado em Florianópolis por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. Esse decreto instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices em todo o País. Nesse início, a instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica.

Em 1.937, por meio da lei nº 378, a instituição mudou de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde (decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942), transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos e cursos de mestria. A nomenclatura mudou novamente em 1965, passando a denominar-se Escola Industrial Federal de Santa Catarina (EIF-SC).

A partir de 1968, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso ginásial industrial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em Cursos Técnicos de Segundo Grau (atual ensino Técnico Integrado), o que passou a ocorrer a partir de 1971, após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971).

Em 1988, a escola iniciou a oferta dos cursos de Telecomunicações e de Refrigeração e Ar Condicionado, em São José, na região metropolitana da capital. Três anos depois, a instituição inaugurou a Unidade São José, em instalações próprias, a primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital catarinense.

Em 1994, foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado. Um ano depois, passou a ser oferecido, no município de Joinville, o Curso Técnico em Enfermagem, como extensão da Unidade Florianópolis.

Um decreto presidencial de 27 de março de 2002 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), oferecendo cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação lato sensu (especialização).

Em 2005, com a Lei nº11.195, teve início em todo o país um processo de interiorização e expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Um ano depois, como parte dessa política de criação de novas escolas técnicas no Brasil, o CEFET-SC implantou três novas unidades de ensino, que hoje são campi do IFSC. Uma delas, a Unidade Continente (atual Campus Florianópolis-Continente), foi instalada na área continental de Florianópolis, como federalização de uma escola privada de gastronomia, criada pelo Programa

de Expansão da Educação Profissional (PROEP), oferecendo cursos na área de turismo e hospitalidade. As outras duas unidades foram implantadas no interior: em Chapecó, no oeste de Santa Catarina, e em Joinville, no norte.

Também em 2006, a instituição passou a oferecer o curso Técnico em Pesca, o primeiro em pesca marítima do país, na cidade de Itajaí, litoral norte catarinense, vinculado à Unidade Florianópolis-Continente. A sétima unidade de ensino do CEFET/SC começou as atividades em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul de Santa Catarina.

Em março de 2008, uma votação que envolveu professores, servidores técnico-administrativos e estudantes o então CEFET/SC aprovou a transformação da instituição para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). O projeto de lei que definiu a mudança foi aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de dezembro de 2008. Em 2009, tiveram início as primeiras aulas de cursos de qualificação no Campus Xanxerê, federalizado a partir de antiga instituição do PROEP.

No ano de 2010, o IFSC ampliou a sua atuação no estado com mais sete campi: Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus (localizado em Jaraguá do Sul) e Palhoça Bilingue (libras/português). Já em 2011, começaram as atividades em Garopaba, Lages, São Miguel do Oeste e Urupema. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a sede própria da Reitoria do IFSC, na área continental de Florianópolis. Com a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi anunciada pelo Governo Federal a construção do Campus Tubarão. O IFSC possui hoje mais de 30.000 alunos e aproximadamente 2.500 servidores, sendo 1.400 professores.

Paralelamente, cabe descrever história da Educação a Distância (EaD) no IFSC, a qual teve início em 2000, quando a Unidade São José ofereceu o primeiro Curso Básico em Refrigeração na modalidade a distância. Em 2002, a Unidade Florianópolis ofereceu o primeiro curso Técnico em Eletrotécnica a distância e em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2007 o CEFET-SC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (eTEC Brasil/MEC), implantando o Curso Técnico em Informática para Internet. Atualmente, o IFSC tem parceria com 37 polos de apoio presencial localizados em diferentes municípios de Santa Catarina e de outros estados brasileiros, como Rio Grande Sul, Paraná e São Paulo.

A Lei Nº 11.892 de 29/12/2008 que instituiu a Rede Federal de EPCT estabelece, no seu Inciso VI, que os Institutos deverão qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências às instituições públicas de ensino oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Somando a essa demanda legal a Portaria nº 1291/2013 em seu artigo 5º estabelece as diretrizes para a organização dos Institutos e define parâmetros e normas para sua expansão, possibilitando a criação dos Centros de Referência vinculados às Reitorias para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à EPCT. Considerando esse contexto legal o Instituto Federal de Santa Catarina durante o primeiro semestre de 2013 promoveu um participativo debate em toda a instituição e aprovou em agosto de 2013 no CONSUP a criação do Centro de Referência em Formação e EaD. Para a implantação deste Centro foi aprovada uma modificação no marco regulatório da instituição, especialmente no Regimento Geral, através da Resolução CONSUP 08/2014.

Centro de Referência em Formação e Apoio à Educação a Distância – CERFEAD

O Centro de Referência está vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e atua na implementação e consolidação da Política de Formação do IFSC. Sua finalidade compreende: a formação e qualificação dos servidores do IFSC para o exercício de suas atividades, conforme as finalidades previstas na lei de criação dos IF; a formação dos servidores da rede pública de ensino para atender as diretrizes estabelecidas em lei; a ampliação e consolidação da oferta formativa dos campus do IFSC por meio da EaD, utilizando-se de metodologias inovadoras e sempre articuladas aos objetivos e metas institucionais.

Os Institutos Federais estão organizados em Rede e foram planejados para apresentar uma

estrutura verticalizada de oferta de educação profissional, compreendendo um espectro que se inicia nos cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FIC), passando pelos cursos técnicos de nível médio, até alcançar os estudos em nível de graduação e pós-graduação.

O IFSC, conforme previsto em sua lei de criação e também no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, deverá garantir o mínimo de: 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e 20% de suas vagas para programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. A instituição possui a prerrogativa de atuar na educação profissional, desde a básica até a educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento.

O CERFEAD oferece, em atuação conjunta com os *campi* através de seus Núcleos de Educação à Distância (NEADs) e demais polos de apoio presencial, cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, definidos em seu Plano de Oferta de Cursos e Vagas, constante do PDI do IFSC. Funciona, em sede provisória, num prédio locado no Centro de Florianópolis, na Rua Duarte Schutel, 99.

Dentre os cursos já oferecidos, além de uma grande quantidade de cursos de qualificação, para servidores, professores das redes estadual e municipal, público em geral, estão:

- Especialização em Educação de Jovens e Adultos
- Especialização em Ensino de Ciências
- Especialização em Gestão em Saúde
- Especialização em Gestão Pública
- Especialização em Mídias na Educação
- Superior de Tecnologia em Gestão Pública
- Técnico Subsequente em Informática para Internet
- Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional (Projeto SETEC-MEC – Parceria com o IFF)

Orientação: Descrever perfil e missão da IES, dados socioeconômicos da região, breve histórico da IES/Câmpus: criação, trajetória, áreas ofertadas no âmbito de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, áreas de atuação na extensão e pesquisa)

2 DADOS DO CURSO

Nome do curso: ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Modalidade: Curso a Distância
Área: Ensino – Formação de Professores para a Educação Profissional (CAPES)
Carga Horária: Unidades Curriculares obrigatórias: 560 horas Três Webinários (04 horas cada): 12 horas Trabalho de Conclusão de Curso: 80 horas Unidade Curricular Optativa: 160 horas Carga horária Total para professores: 652 horas (*) Carga horária total para não-professores: 812 horas (**) (*)Esta carga horária é para professores de Educação Profissional em atividade. (**) A critério do IFSC poderão ser aceitos tecnólogos e bacharéis que não sejam professores ou não estejam atuando como professores durante a realização do curso, para estes, a <i>unidade curricular optativa</i> será obrigatória para o requerimento de licenciatura em EP, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais para as Licenciaturas.

Periodicidade: Anual
Regime de Matrícula: Semestral
Período: Vespertino (para os encontros quinzenais e atividades avaliativas)
Número de vagas: 500 vagas totais anuais em dez turmas de 50 alunos cada
Horário/frequência das aulas: As atividades presenciais acontecerão em uma tarde por quinzena.

2.1 Requisitos Legais

Normas Nacionais:

Lei nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);

Lei Nº 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;

Decreto 5.773/2006 – Regulamenta a Lei 10.861/2004.

Decreto Nº 2.494/1998 – Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96) sobre EaD;

Resolução CNE/CEB 02/1997 – Programas especiais de formação pedagógica de professores;

Resolução CES/CNE 01/2001 – Normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação;

Resolução CNE/CEB 12/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Técnicos;

Documentos Institucionais:

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;

Regulamento Didático Pedagógico – RDP;

Resolução CONSUP nº 105/2011, republicada em 1º de março de 2016 – Regulamenta a pós-Graduação *Lato Sensu* no IFSC.

Orientação: Citar a legislação pertinente ao curso.

2.2 Parceria externa para a realização do curso

Este Curso será ofertado pelo CERFEAD – IFSC como oferta regular.

Está aberta a possibilidade de oferta a outros Institutos Federais e demais instituições públicas, a partir de convênios específicos, para os quais várias instituições já se mostraram interessadas (IFC, IFRS e IFAM). Todavia, cada convênio será tramitado nas instâncias do IFSC, seguindo as normas próprias, considerando as respectivas contrapartidas. A partir desses convênios mais turmas, portanto mais vagas, serão ofertadas, conforme consta no POCV do CERFEAD.

Orientação: Quando for o caso, citar a existência de parceria externa (empresas, instituições públicas etc), além do documento que formaliza o acordo (se houver)

2.3 Dados para preenchimento do certificado

Ao final do Curso, cumpridos todos os requisitos de integralização, o aluno receberá um Certificado de Pós-Graduação, devidamente registrado pelo IFSC com validade nacional, com o título de “**Especialista em Docência para a Educação Profissional**”.

Após a emissão do Certificado o aluno poderá protocolar requerimento através de formulário próprio, na Secretaria Acadêmica do CERFEAD, anexando cópia: do Certificado aqui referido, documento de identidade, CPF, cópia do histórico Escolar de seu curso de graduação

devidamente reconhecido pelo MEC, bem como do respectivo diploma; solicitando diplomação em Licenciatura para a Educação Profissional, em cujo Diploma constará sua titulação como: **“Licenciado para Educação Profissional”**, no Diploma deverão constar as unidades curriculares, áreas ou cursos técnicos em que o professor poderá atuar nas formações da educação profissional, tais unidades curriculares ou áreas serão sempre referidas aos cursos técnicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Orientação: Titulação, legislação que deverá constar no diploma. Os demais dados serão de acordo com padrão institucional)

3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Justificativa da oferta do curso

Exigência Legal

A LDB preceitua que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio (Artigo 62 da LDB), assim, a Educação Profissional enquanto oferta associada à educação básica, especialmente o ensino técnico, se inclui nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico, recomendam para a formação desse profissional, que:

Na realidade, em Educação Profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais.

A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

A formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada (inciso II do art. 67 da LDB). CNE/CEB Parecer 11/2012.

A Lei dos Institutos Federais, preconiza, para sua oferta em nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”.

Considerando apenas a oferta de cursos técnicos em Santa Catarina, estima-se haver mais de quatro mil professores em atividade na Educação Profissional, sem qualquer formação pedagógica. Somando-se à vocação legal dos Institutos Federais na formação de professores para a EP e a demanda estadual dessa formação, constata-se premente e plausível justificativa para essa oferta.

A formação docente para a EP, conforme as Diretrizes Nacionais, pode ocorrer, basicamente de quatro distintas formas:

1. Curso de Licenciatura para Educação Profissional, para egressos do Ensino Médio;
2. Curso de Licenciatura associado a um curso de bacharelado ou tecnologia;
3. Curso de Pós-Graduação para Docência na EP associado a uma formação superior;
4. Certificação de Saberes e Competências, no âmbito do CERTIFIC, para professores com mais de dez anos de exercício, conforme portaria SETEC-MEC 08/2014 e Portaria Interministerial MEC-MTE 05/2014.

Tendo como foco principal a formação de professores já em atuação na Educação Profissional, o CERFEAD propõe a presente Pós-Graduação, com três premissas básicas:

- A formação em serviço de professores da Educação Profissional, já graduados;
- A formação de professores para a Educação Profissional, que tendo diploma de bacharelado ou tecnologia, possa licenciar-se através dessa formação;
- A certificação de competências, no âmbito do CERTIFIC, utilizando este curso como referência para a implementação de um processo de certificação de competências laborais para a Educação Profissional.

Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição a educação profissional é a formação para o trabalho. Trabalho, por sua vez, pode ser entendido, em primeira análise, como a atividade social humana de produção de bens materiais e imateriais e de serviços que mantêm nossa existência. Essas são atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como através da linguagem, da religião, da arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa subsistência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* (definição da biologia) é também um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Marx, Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de sua existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura e assim por diante.

Dependendo da cultura que se instaura nas comunidades e sociedades, criam-se tarefas ou atividades para os indivíduos, que também usufruem do trabalho dos demais. Ainda que tal usufruto não se dê de forma igualitária e varie de acordo com o modelo político e econômico de cada sociedade, todos dependemos sempre do trabalho alheio e dos mais variados profissionais. Porém, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma dessas profissões. Rose relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões (ROSE apud BARATO, 2015, p. 21).

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, o que se tornou um desafio mais complexo para nós do que para os outros animais, até os mais sofisticados. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do CERN? Quanta técnica o escritor, o ator e/ou o cineasta usa para lapidar sua obra?

Através da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de velhos ou novos desafios. Às vezes esquecem técnicas também, seja porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas, de modo que Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2013).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem educação profissional sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional, que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

Dimensão epistemológica da Educação Profissional

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do acordar ao dormir, estaremos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos, etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum citado acima, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne* + *logos*). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da mera imitação. Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” chapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar do e no fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceptualização na ação” (PASTRÉ, 2002; VERGNAUD et al, 2010) por parte do sujeito no trabalho.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem dessas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve(ria) apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se também que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica eletrotécnica, enfermagem, química, radiologia, etc. Envolve saberes, habilidades, atitudes e valores que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição ou corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como das “humanas”, mas suas especificidades extrapolam essas últimas. Sua riqueza aparece em nossos currículos

de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão, e não apenas na fundamentação teórica das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, neste texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da educação profissional para a sociedade e o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isto. Depois das teorizações oriundas das teses de Karl Marx, um dos primeiros grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho no sistema capitalista, autores como Haudricourt, Richard Sennett, François Sigaut, Álvaro Vieira Pinto (leitores de Marx), bem como educadores (Paulo Freire tem ampla contribuição aqui), sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem pensar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz” (ideia marxiana retomada por Álvaro Vieira Pinto), isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da educação profissional, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho.

Considerando as múltiplas dimensões que o trabalho possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito, etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceptualização que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2002).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GUÉRIN et al, 2001; PASTRÉ, 2002). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não pára de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las:

Começamos pela **dimensão estética** do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de eletricidade num canteiro de obras de

habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A **dimensão pessoal**, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser apreciada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Guérin et al (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustara sua máquina, sem tê-lo visto. (...) Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revelam ainda um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade.

A **dimensão ética** aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a **dimensão identitária** do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação de toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, onde o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Aí, lembra Barato, (...) os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). (2015, p. 26).

Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE e WENGER, 1991, p. 53).

Mas a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outras teorias, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países, etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração

com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou até mesmo como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da educação profissional para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto que nunca teve a chance de receber uma formação técnica/tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente, quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece.

Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é também uma fonte de prazer! Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009).

As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da educação profissional. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a conseqüente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história. (WOLLINGER, 2016)

A Educação Profissional tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente pela valorização do trabalho e do trabalhador. Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo no trabalhador a reconhecer o seu valor.

Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros).

Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação do “intelectual” da formação do “trabalhador”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Nos Institutos Federais, pode consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais

diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos.

Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

Outra constatação importante que deve ser feita sobre nossa composição social é a respeito da escolaridade média da população e sua formação profissional. Segundo os dados do censo de 2010, quase a metade da população acima de 25 anos não concluiu o Ensino Fundamental, o que representa quase 55 milhões de pessoas. Considerando-se aqueles que não concluíram o Ensino Médio, esse número sobe para mais de 80 milhões de pessoas no Brasil sem Educação Básica.

A Constituição Federal, ao citar a Educação Básica (Artigo 208), diz que deve ser “assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Esse é o desafio da Educação de Jovens e Adultos – EJA. A legislação que dá encaminhamento a essa determinação constitucional estimula que a Educação Básica seja associada à formação profissional, de forma a gerar uma dupla solução educativa para esse enorme desafio.

A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional deve considerar estes pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional, no plano comunitário pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica e no plano social com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Três Núcleos do projeto pedagógico:

Núcleo Contextual: Módulos I e II – a construção de um referencial de concepções e conceitos estruturantes para a formação docente para a EP: Técnica, Tecnologia, Trabalho e Educação Profissional, história e regulamentação da EP. Trata-se aqui de uma abordagem que parte das concepções de pensadores brasileiros, identificados com nossa realidade e idiosincrasias, como Vieira Pinto, Paulo Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, dentre outros. Todos referenciados em pensadores universais coerentes com cada abordagem.

Núcleo Estrutural: Módulos III e IV – é a formação por excelência de um professor, compartilharemos um conjunto de técnicas para que a atividade educativa docente o transforme em um “mestre de oficina”, “para o preparo técnico e intelectual”, nas palavras do Decreto 7566/1909, de Nilo Peçanha, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

Núcleo Integrador: Módulos V, VI e VII – métodos, ferramentas, técnicas e variados instrumentos têm sido utilizados na escola para ampliar sua eficácia, bem como, para melhor estimular os alunos no processo de aprendizagem, nas relações sociais e na inovação. A Educação a Distância, como tecnologia educacional, reúne um grande conjunto de técnicas, dispositivos e métodos cada vez mais aperfeiçoados e de fácil acesso. Nosso projeto procura trazer a tecnologia da educação a distância, não apenas para essa modalidade de oferta, mas especialmente, para a prática simbiótica das tecnologias disponíveis para a educação presencial.

Orientação: Justificar a oferta do curso na região com embasamento em indicadores locais, regionais bem como na pesquisa de demanda e outras informações citando as fontes. Além disso, justificar esta formação e curso no Instituto Federal de Santa Catarina

3.2 Objetivos do curso

- Capacitar professores para lecionar nas ofertas da Educação Profissional, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a Educação Profissional como Campo de Estudos;
- Promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação Profissional;
- Compreender o trabalho como princípio educativo;
- Desenvolver a pesquisa como princípio pedagógico;
- Exercitar a extensão como recurso educativo entre a comunidade e a escola.

Orientação: Descrever os objetivos da oferta deste curso.

3.3 Contribuições para o egresso – Competências Profissionais

Ao diplomar-se o egresso estará Capacitado para a proficiência nas seguintes Competências:

- Preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- Lecionar com desenvoltura as atividades constantes de sua preparação;
- Elaborar planos de aula e planos de ensino para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- Elaborar e implementar avaliação de atividades e de alunos segundo os princípios gerais da Educação Profissional;
- Aplicar os recursos da Educação a Distância em atividades educativas;
- Planejar um projeto de pesquisa e um projeto de extensão em Educação Profissional;
- Defender um trabalho científico metodologicamente construído, segundo normas próprias;
- Organizar e compor equipe de trabalho para construção de um projeto pedagógico de curso técnicos de nível médio;
- Inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, através de sua epistemologia, metodologia e práxis;
- Aplicar adequadamente as tecnologias para o desenvolvimento da prática e da gestão educacional.

Orientação: Descrever as contribuições que se pretende fornecer em termos de competências e habilitações aos egressos.

3.4 Público alvo

Este curso terá sua oferta universal, havendo preferência de ingresso nessa ordem:

- Professores do IFSC;
- Professores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;

- Professores de Educação Profissional de instituições públicas;
- Professores de instituições de educação profissional em geral;
- Candidatos não professores com ensino superior completo, a critério do IFSC.

Orientação: Descrever o público-alvo do curso.

3.5 Ingresso no curso

Em se tratando de curso de Pós-Graduação o requisito de ingresso, conforme o artigo 44, alínea II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino”.

A seleção para ingresso acontecerá de acordo com o Edital de Ingresso, cujas vagas serão disponibilizadas por polo de apoio presencial.

Orientação: Descrever sobre o processo de seleção para o ingresso no curso. Em caso da existência de parceria para a realização do curso destacar como acontecerá o ingresso nessa circunstância.

3.6 Desligamento discente

Será desligado do curso, o aluno que, além do previsto no RDP, incorrer em:

- Falsificação ou adulteração de quaisquer documentos apresentados;
- Cópia indevida, plágio, ou adulteração de quaisquer procedimentos avaliativos;
- Não concluir e defender sua monografia no prazo regulamentar;

Orientação: Descrever quais são os critérios para o desligamento do discente.

4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 Metodologia

A Carga horária está fundamentada na Resolução CNE/CEB 02/1997, que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio, especialmente no Artigo 4º: “O programa se desenvolverá em, pelo menos, 540 horas, incluindo a parte teórica e prática, esta com duração mínima de 300 horas.”

Este curso será desenvolvido em sete Módulos Didáticos, nomeados de acordo com os principais temas abordados em três núcleos:

Núcleo Contextual:

- Módulo I: Educação Profissional – Concepções e Conceitos
- Módulo II: Teorias e Tecnologias Educacionais
 - Certificação Intermediária em: **Aperfeiçoamento em Educação Profissional**

Núcleo Estrutural:

- Módulo III: Currículo e Didática na Educação Profissional
- Módulo IV: Prática Docente na Educação Profissional
 - Certificação Intermediária em: **Aperfeiçoamento em Prática Docente na EP**

Núcleo Integrador:

- Módulo V: Gestão em Educação Profissional
- Módulo VI: Pesquisa e Extensão em Educação Profissional
 - Certificação Intermediária em: **Aperfeiçoamento em Gestão em EP**
- Módulo VII: Trabalho de Conclusão – Implementação e Defesa
 - Certificação em: **Especialização em Docência para a Educação Profissional**

Cada Módulo Didático, corresponde a um bimestre letivo (exceto o último que corresponde a um semestre) e será composto por um conjunto de componentes curriculares, incluindo: unidades curriculares, atividades de pesquisa, atividades de extensão, atividades práticas de ensino e uma monografia a ser defendida ao final das atividades.

Para obter a Certificação Intermediária, o aluno deverá requerer à Coordenação do Curso, o respectivo certificado, após aprovação em todos os componentes daquele módulo.

Cada unidade curricular apresentará material didático elaborado sobre seu conteúdo, disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVEA, incluindo sua sistemática de avaliação, segundo os critérios definidos no RDP. Cada unidade terá sua avaliação final presencial, aplicada no polo em que o curso acontece.

As unidades curriculares (UC) serão distribuídas no calendário, de forma que cada unidade aconteça sozinha, isto é, cada aluno estará envolvido apenas com uma UC de cada vez. Para as atividades práticas, pesquisa ou demais atividades extraclasse, os alunos terão sempre um prazo além do tempo dedicado àquela unidade, considerando tratar-se de trabalhadores que estudam, o presente PPC procura ajustar suas atividades para o melhor desempenho acadêmico, considerando a permanência e o êxito dos educandos como compromisso pedagógico.

A UC **Observação Docente** será implementada pelo aluno no Campus em que atua, constando da observação de aula teórica e prática a partir de um roteiro específico e um formulário próprio a ser remetido ao professor.

A UC **Prática Docente**, será desenvolvida nas aulas em que o aluno já leciona, isto é, cada aluno será avaliado a partir das aulas que já ministra, por um professor ou pedagogo através de um roteiro e formulário específicos a serem encaminhados para avaliação do professor da disciplina.

A UC **Estágio Docência**, será obrigatória para alunos que não sejam professores, isto é, aqueles que não estão em sala de aula durante o curso. Um programa de estágio específico será encaminhado pela Coordenação do Curso para ser acompanhado pelo professor supervisor de estágio ao longo da atividade, em seguida remetido ao docente da UC para avaliação do aluno.

A UC **Pesquisa e Extensão como Princípios Educativos na EP**, além da discussão sobre a importância da pesquisa e da extensão como dinâmicas escolares na formação profissional, também prepararão o aluno para a curricularização da extensão, nos termos no Plano Nacional de Educação.

A UC **Trabalho de conclusão de Curso I** será ofertada como turma regular, devendo orientar os procedimentos metodológicos e demais critérios para a elaboração do Projeto de TCC e escolha

do Professor Orientador.

A UC **Trabalho de conclusão de Curso II** permitirá ao aluno um semestre para desenvolver e defender o TCC perante uma banca. Quando não for possível uma banca presencial, poderá a defesa ser por videoconferência ou sistema similar, o aluno em um polo e a banca in loco ou em videoconferência síncrona com o aluno. Todas as defesas serão públicas.

Orientação: Descrever as metodologias e as práticas pedagógicas que serão utilizadas para o desenvolvimento deste curso na formação do egresso. Também é importante informar como acontecerá o atendimento ao discente pelo docente.

4.2 Matriz Curricular

Unidade Curricular		Teórica	Prática	Carga Horária
Módulo I – Ed. Profissional – Concepções e conceitos – 100 h				
01	Introdução à EaD e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem:		20	20
02	Teorias e Abordagens Educacionais	40	20	60
03	História, Estrutura e Políticas da Educação Profissional no Brasil	40		40
Módulo II – Teorias e Tecnologias Educacionais – 120 h				
04	Epistemologia da Educação Profissional	40		40
05	Ensino Híbrido: Integração de Tecnologias	40	20	60
	Webinário I	4		04
Módulo III – Currículo e Didática na EP – 160 h				
06	Didática na Educação Profissional	20	40	60
07	Observação da Prática Docente		20	20
08	Planejamento e Implementação em EaD	40	40	80
Módulo IV – Prática Docente na EP – 40 ou 200 h				
09	Prática Docente		40	40
10	<i>Optativa:</i> Estágio em Docência na EP (160 h para não professores)			
	Webinário II	4		04
Módulo V – Gestão em Educação Profissional – 80 h				
11	Gestão Educacional na Educação Profissional	40		40
12	Inovações Educacionais e Tecnológicas na Educação	20	20	40
Módulo VI – Pesquisa e Extensão em EP – 60 h				
13	Pesquisa e Extensão como princípios Educativos na EP	20	20	40
14	TCC I – Elaboração do Projeto	20		20
	Webinário III	4		04
Módulo VII – Trabalho de Conclusão – 80 h				
15	Elaboração e Defesa de TCC		80	80
Total para professores		332	320	652
Total para não professores (652+160)				812

4.3 Componentes curriculares

Unidade Curricular 01: Introdução à EaD e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Professores: Sabrina Bleicher, Giovana Schuelter e Carlos Mello	CH: 20 h
Ementa: Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Histórico da EaD no Mundo e no Brasil. Gerações da EaD (correspondência, rádio, televisão, internet). Recursos didáticos. Ambientes	

Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.
Os docentes desta UC aplicarão uma Enquete aos alunos para levantamento do perfil de cada turma, compartilhando com os demais docentes para um melhor direcionamento da formação.

Bibliografia:

MAIA, C. S. R.; MATTAR, J. **ABC da EAD**. v. 1; 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
 MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
 LITTO, M.F; FORMIGA, M. **Educação a Distância: estado da arte**. volume 1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
 LEMOS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**. Florianópolis: IFSC, 2016.

Unidade Curricular 02:

Epistemologia da Educação Profissional

Professores: Olivier Allain e Paulo Wollinger

CH:

40 h

Ementa:

Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP. Principais termos na EP. Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador. Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica. O trabalho como obra. Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho. Educação Propedêutica e EP: conflitos e convergências. Interdisciplinaridade ampla.

Bibliografia:

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. **Representação à Assembleia Geral Constituinte Sobre a Escravidão**. Paris. Typographia de Firmin-Didot. 1825. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <http://www.bbm.usp.br/>.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6ª edição. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ. 1996.

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002336/233600POR.pdf>

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, Andre-Georges. **La Technologie science humaine**. Paris: Édition de la Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 1988. Disponível em: https://monoskop.org/images/7/7f/Haudricourt_Andre-Georges_La_technologie_science_humaine.pdf

LEROI-GOURHAN, A. L'Homme et la Matière : Évolution et Techniques, Paris, Albin Michel, coll. « [Sciences_d'aujourd'hui](#) », 1943.

_____. **Milieu et Techniques**. Paris, Albin Michel, coll. « [Sciences_d'aujourd'hui](#) », 1945.

_____. **Le Geste et la Parole: 1. Technique et langage, 2. Mémoire et les Rythmes**. Paris, Albin Michel, coll. « [Sciences_d'aujourd'hui](#) », 1964-1965.

_____. Le comportement technique chez l'animal et chez l'homme. In: L'évolution humaine. Spéciation et Relation (pp.55-79). Paris: PUF, 1957.

_____. **Le geste et la parole**. Paris: Albin Michel. (Tome 1: Technique et langage), 1964.)

Mauss, Marcel. **As técnicas do corpo**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003, disponível em francês em http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. In: SOUZA, Antônio de Abreu (Org.). Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores. Editora SENAC/UFC. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503411>.

FEIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra; 2000.

PEÇANHA, Nilo. **Impressões da Europa (Suíça, Itália e Espanha)**. 3ª ed. N. Chini & Cia. Nice. 1912.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 2006.

RYLE, Gilbert. **The concept of mind**. Chicago: Chicago University Press, 1984, disponível em: <https://ia802703.us.archive.org/7/items/conceptofmind032022mbp/conceptofmind032022mbp.pdf>

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIGAUT, François. **La technologie, une science humaine**. In: L'Empire des techniques. Paris: Le Seuil, 1994. Disponível em: <[http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/publications/articles_fond/1994g-TaP-Technologie_sciences_humaines\(entretien\).pdf](http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/publications/articles_fond/1994g-TaP-Technologie_sciences_humaines(entretien).pdf)>. Acesso em: 25 out. 2015.

_____. *Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail...* Techniques & Culture, 52-53 : 40-49. 2009. Disponível em: <<http://www.francois-sigaut.com/index.php/publications-diverses/publications/12-articles-fond/303-2009c>>. Acesso em: 25 out. 2015.

_____. *Une discipline scientifique à développer: la Technologie de l'Agriculture*. Cahiers des Ingénieurs Agronomes, 307: 16-21 et 309: 15-19. Idem, In: À travers champs – Agronomes et géographes. ORSTOM, 1985: 11-29. Disponível em: <<http://www.francois-sigaut.com/index.php/publications-diverses/publications/12-articles-fond/142-1976f>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SÉRIS, Jean-Pierre. **La technique**. Paris: PUF. 1994

VIEIRA PINTO, Álvaro Borges. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volumes I e II.

_____. **Sete Lições sobre a Educação de Adultos**. 12ª ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1991.

_____. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

Unidade Curricular 03: História, Estrutura e Políticas da Educação Profissional no Brasil Professores: Olivier Allain e Paulo Wollinger	CH: 40 h
Ementa: Primórdios da EP no Brasil. A EP no século XIX. República: Educação e formação para o trabalho. Formação para o trabalho fora da escola. Evolução da Rede Federal. Ofertantes de EP: Rede Federal, Serviços Nacionais de Aprendizagem, Redes Estaduais e Privadas de EP. Políticas e legislação de Educação Profissional. Eixos Tecnológicos e Catálogos. Itinerário Formativo. Lei 9394/96 e a EP. Normas de EP. Programas Especiais vinculados à EP.	
Bibliografia:	

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909.** Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União – Seção 1 – 26/9/1909, p. 6975.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.070, de 25 de outubro de 1911.** Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices. Diário Oficial da União – Seção 1 – 27/10/1911, p. 13927.

BRASIL. **Decreto-lei nº 13.064, de 12 de junho de 1918.** Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/6/1918, p. 8380.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.241, em 22 de agosto de 1927.** Crêa o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Collegio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/8/1927, p. 1865.

CARDOSO, Rafael. **A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico.** 1920, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008. Disponível em:

<http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/rc_ebatecnico.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.

COUSTEL, Robert. **A missão francesa no Brasil.** *Revista de História da Arte e Arqueologia*, nº 4, ago. 2000. Campinas: UNICAMP. Disponível em:

<<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%204%20-%20artigo%208.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização [online].** 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: FLACSO, 2005. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

FERRARI, Paula (org.). **Manoel de Araujo Porto-Alegre: Discurso pronunciado na Academia das Belas Artes em 1855, por ocasião do estabelecimento das aulas de matemáticas, estéticas, etc.** 1920, Rio de Janeiro, v. III, n. 4, out. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/txt_artistas/mapa_1855_discurso.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.

FREITAS, Lucas. **O bacharelismo no Brasil e o atual fenômeno da bacharelise: uma análise sócio-histórica.** *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 12, p. 81-91, nov. 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casagrande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Luiz Cláudio Gonçalves. **As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república.** *Vértices*. Ano 5. nº 3 set/ dez. 2003. Campos dos Goytacazes (RJ): CEFET.

LÜDERITZ, João. Relatório. **Apresentado a Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio.** Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Lito - Tipografia Fluminense, 1925.

MENEZES, Anna Waleska Nobre Cunha de. **O fenômeno do bacharelismo à luz de Gilberto Freyre.** *Revista Inter-Legere*. Nº5: Reflexões. Jul-dez. 2009.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade – A formação da Identidade dos Institutos Federais.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Processo de trabalho e eficiência produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin.** *Estud. Econ.* São Paulo, v. 39, n. 3, p. 651-671, Sept. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RODRIGUES, José. **Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”.** *Revista brasileira de história da educação*. nº 4, jul./dez. 2002. Anped. Rio de Janeiro.

SAUL, Renato P. **As raízes renegadas da teoria do capital humano.** *Sociologias*, Porto Alegre, n. 12, p. 230-273, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SMITH, Adam. **Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations**. Livre I. Trad. Germain Garnier. Chicoutimi (QC): Université du Québec, 2002. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/Smith_adam/richeesse_des_nations/livre_1/richeesse_des_nations_1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **As escolas de aprendizes artífices e a legislação federal durante a república velha**. V Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica. Maceió: IFAL, 2010. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/anais/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SQUEFF, Letícia Coelho. **A reforma pedreira na Academia de Imperial de Belas Artes (1854-57) e a constituição do espaço social do artista**. Cadernos CEDES, v. 20, n. 51, p. 103-118, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a08v2051.pdf>>

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Joanino**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VALLE, Rogério. **A crise do taylorismo**. Rio de Janeiro. Revista de Administração Pública, v. 27, n. 4, 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/874>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

<p>Unidade Curricular 04: Abordagens Educacionais e Concepções de Aprendizagem Professores: Márcia Lobo e Maria Luísa Souza</p>	<p>CH: 60h</p>
<p>Ementa: Abordagens e teorias educacionais no século XX e na atualidade. Concepções de aprendizagem e de construção do conhecimento. Currículo na Educação Profissional.</p>	
<p>Bibliografia: BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001. BECKER, F. Aprendizagem – concepções contraditórias. Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genética. Volume I nº 1 – Jan/Jun, 2008 in: http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/scheme/article/view/552/445. Acesso em 26 de setembro de 2016. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículos e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 2008. MOREIRA, Marco. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Epu Grupo Gen. 2010. SILVA, Tomaz T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>	

<p>Unidade Curricular 05: Ensino Híbrido: Integração de Tecnologias Professores: Sabrina Bleicher e Carlos Mello</p>	<p>CH: 60h</p>
<p>Ementa: Inclusão Digital. Histórico das tecnologias. Concepções de TICs. Mídias. Software livre e direitos autorais. Objetos de aprendizagem e recursos educacionais abertos. Ferramentas de autoria e</p>	

colaborativas para apresentação, gestão do ensino e interação com os estudantes. Ensino híbrido.

Bibliografia:

BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação**. São Paulo: Penso Editora, 2015.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Editora Papyrus, 2012.

MORAN, J. M., MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papyrus, 2013.

SILVA, R. S. **Objetos de aprendizagem para a educação a distância: recursos educacionais abertos para ambientes virtuais de aprendizagem**. São Paulo: Novatec Editora, 2011.

<p>Unidade Curricular 06: Didática na Educação Profissional Professores: Márcia Lobo, Gislene Miotto e Olivier Allain</p>	<p>CH: 60 h</p>
<p>Ementa: Fundamentos teóricos da didática para a Educação Profissional. Elementos de didática para a prática docente na EP. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem na EP.</p>	
<p>Bibliografia: CANDAU, Vera Maria (Org.). Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994. BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. Versão simplificada: in: http://www.marcelo.sabbatini.com/wp-content/uploads/downloads/2016/09/Modelos-pedagogicos-e-modelos-epistemologicos.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2016. ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos. Ensinar, Aprender, Aprender e Processos de Ensino. IN http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Oficina-3-Desafios-do-trabalho-docente-na-avaliacao-processual-Conteudo-utilizado-1.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2016. PASTRÉ, Pierre. La didactique professionnelle. Approche anthropologique du développement chez les adultes. Paris. PUF, 2011.</p>	

<p>Unidade Curricular 07: Observação da Prática Docente Professores: Márcia Eunice Lobo</p>	<p>CH: 20 h</p>
<p>Ementa: Construção de uma proposta de observação a partir do Projeto Pedagógico do Curso, plano de aulas da unidade curricular (teórica e prática), incluindo análise de experiências curriculares. Observar aulas teóricas e práticas de colegas professores, preferencialmente através da lógica da análise do trabalho, avaliando a atividade.</p>	
<p>Bibliografia: GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>	

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BERNIÉ, J.-P. & GOIGOUX, R. (Eds) (2005). **Quels concepts pour quelle analyse de l'activité du professeur?** La lettre de l'AiRDF, n° 36, 3-27.

CANELAS-TREVISI, S., MORO, C., SCHNEUWLY, B. & THÉVENAZ, T. (2000). **L'objet enseigné : vers une méthodologie plurielle d'analyse des pratiques d'enseignement en classe.** Repères, 20, 143-162.

GOIGOUX, Roland. **Un modèle d'analyse de l'activité des enseignants.** Éducation et didactique, vol 1 – n°3. 2007, 47-69.

CHARTIER, A.M. & JACQUET-FRANCILLON, F. **Les savoirs de la pratique.** Recherche et formation, 27, 5-14. 1998.

Unidade Curricular 08:

Planejamento e Implementação em EaD

Professores: Gislene Miotto e Sabrina Bleicher

CH:

80 h

Ementa:

Ementa: Legislação e diretrizes que regem a EaD. Modelos pedagógicos de EaD. Fluxos e processos de EaD. Design educacional e produção de material didático. Docência compartilhada e equipes multidisciplinares. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem: recursos e ferramentas para uso autônomo. Mediação pedagógica na EaD. Avaliação na EaD.

Bibliografia:

BEHAR, P. A. **Modelos pedagógicos em Educação a Distância.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FILATRO, A. **Design Instrucional na prática.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

LEMOS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.** Florianópolis: IFSC, 2016.

MATTAR, J. **Tutoria e interação em educação a distância.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BRASIL, MEC. Decreto Nº 5.707/2006.

BRASIL, MEC. Decreto-Lei Nº 5.622/2005.

BRASIL, MEC. Decreto 5.800/2006.

BRASIL, MEC. Portaria do Ministério da Educação nº 4.059/ 2004.

BRASIL. Resolução CNE nº1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. Resolução CNE Nº 1, de 02 de fevereiro de 2016. Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

Unidade Curricular 09:

Prática Docente

Professores: Márcia Eunice Lobo

CH:

40 h

Ementa:

Construção e implementação de uma proposta de intervenção utilizando-se de: Metodologia de projetos. Princípios interdisciplinares de organização pedagógica. Elaboração do plano de curso e plano de aulas. Implementação de Projetos Integradores. Ministrando aulas sob supervisão. Avaliação do ensino e da aprendizagem.

Observação: a supervisão desta atividade prática de cada aluno será efetuada por um docente licenciado em cada polo ao qual o aluno está vinculado, cuja avaliação será enviada à Coordenação do Curso, para registro e arquivamento.

Bibliografia:

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Unidade Curricular **Optativa 10:**

Estágio em Docência da EP (obrigatória para não professores)

Professores: Márcia Lobo e Gislene Miotto

CH:

160 h

Ementa:

Esta UC consta de um estágio supervisionado, em que o aluno deverá buscar uma instituição e um professor licenciado para atuar como supervisor em uma escola de educação profissional. A Coordenação do Curso destacará um professor-orientador junto ao do CERFEAD, para que elabore um plano de estágio, que discriminará todas as atividades a serem desempenhadas ao longo do estágio, um pequeno relatório de atividades será o documento final do estágio, assinado pelo supervisor local e pelo orientador.

Bibliografia:

BRASIL. Lei 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

Resolução CNE/CES nº 01/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Unidade Curricular 11:

Gestão Educacional em Educação Profissional

Professores: Amilton Rabelo e Érico Madruga

CH:

40 h

Ementa: Gestão pública: evolução, conceito, estruturas e funções administrativas na gestão pública. Princípios e legislação. Desafios atuais da gestão pública: evolução (patrimonialismo ao gerencial), Governança pública: conceitos, legislação e processos. Principais documentos norteadores e estruturas. Missão, visão e valores. Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dimensões pedagógicas, políticas e administrativas da gestão educacional. Avaliação institucional. Indicadores educacionais. Gestão democrática: Processos e instâncias decisórias. Gestão escolar: do planejamento estratégico à sala de aula. Fluxos e processos de trabalho. Estratégias institucionais para a permanência e êxito.

Bibliografia:

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão**. Brasília. Ipea, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>

<p>imagens / stories / PDFs / livros / livros / livro _ modelodegestao _ vol 01.pdf COELHO.</p> <p>Espartaco Madureira. Gestão do conhecimento como sistema de gestão para o setor público. Revista do Serviço Público, n. 1 e 2, jan-jun, 2004.</p> <p>FIGUEIREDO, Saulo Porfírio. Gestão do conhecimento: estratégias competitivas para a criação e mobilização do conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.</p> <p>MATIAS-PEREIRA. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>QUEIROZ, Roberta Graziella Mendes; CKAGNAZAROFFf, Ivan Beck. Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 44,n.3, p.679-705, 2010.</p> <p>SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>STRAUHS, Faimara do Rocio. Gestão do conhecimento nas organizações. Curitiba: Aymarã, 2012.</p> <p>TIDD, Joe; BESSANT, John. Gestão da inovação. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.</p> <p>TROTT, Paul. Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos. Porto Alegre: Bookman, 2012. ZABOT, João Batista M.; SILVA, L. C. Mello. Gestão do conhecimento: aprendizagem e tecnologia construindo a inteligência coletiva. São Paulo: Atlas, 2002.</p>

<p>Unidade Curricular 12:</p> <p>Inovações Educacionais e Tecnológicas na Educação</p> <p>Professores: Sabrina Bleicher e Carlos Mello</p>	<p>CH: 40 h</p>
<p>Ementa: Tendências das tecnologias na Educação. Metodologias e tecnologias inovadoras de ensino e aprendizagem. Tecnologias inclusivas. Avaliação da aprendizagem por meio das tecnologias. Criatividade para a inovação na educação.</p>	
<p>Bibliografia: BATES, A. W. Educar na Era Digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016.</p> <p>JOHNSON, L. et al. NMC Horizon Report: 2016 Higher Education Edition. Austin, Texas: The New Media Consortium, 2016. Disponível em: <http://www.nmc.org/nmc-horizon/> (Relatório anual). <i>Obs: buscar sempre as versões mais atualizadas do relatório ao longo das ofertas do curso.</i></p>	

<p>Unidade Curricular 13:</p> <p>Pesquisa e Extensão como princípios Educativos na Educação Profissional</p> <p>Professores: Carlos Mello e Maria Luísa Souza.</p>	<p>CH: 40 h</p>
<p>Ementa: Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A Pesquisa como produção de conhecimento. Curricularização da extensão. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Temáticas atuais e novas linhas de pesquisa na EP. Inovação tecnológica: Política Nacional de Inovação, Inovação social, Extensão tecnológica.</p>	
<p>Bibliografia: DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2005.</p>	

<p>INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). Manual de procedimentos para pesquisa. Florianópolis, 2014. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/arquivos/pesquisa/coord_pesq/manual_de_procedimentos_pesquisa.pdf. Acesso em: 11 mar. 2016.</p> <p>INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). Resolução nº 20/2013/CS – Normatização das atividades de extensão. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/cs_resolucao20_2013_aprova_regulamentacao_atividades_extensao.pdf. Acesso em: 11 mar. 2016.</p> <p>RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica – Guia para eficiência nos estudos – 2ª ed. São Paulo: Atlas; 1989</p>

<p>Unidade Curricular 14: Trabalho de Conclusão de Curso I Professores: Paulo Roberto Wollinger e Oliveir Allain</p>	<p>CH: 20 h</p>
<p>Ementa: Elaboração do Projeto de TCC</p>	
<p>Bibliografia: RESOLUÇÃO CEPE/IFSC nº 105/2011, republicada em 01 de março de 2016.</p>	

Orientação: Manter formato de tabela.

<p>Unidade Curricular 15: Trabalho de Conclusão de Curso II Professores: Professor orientador – a definir dentre os professores do CERFEAD.</p>	<p>CH: 80 h</p>
<p>Ementa: Implementação, elaboração e defesa do TCC.</p>	
<p>Bibliografia: RESOLUÇÃO CEPE/IFSC nº 105/2011, republicada em 01 de março de 2016.</p>	

4.4 Atividades complementares – Webinários

Em se tratando de Curso de Pós-Graduação, estão compreendidas como atividades complementares a esta formação:

- O incentivo aos discentes à participação em eventos técnicos e científicos relacionados à Educação, especialmente à Educação Profissional;
- Apresentação ou defesa de trabalhos científicos em eventos públicos;
- Produção e divulgação de conhecimentos no campo de estudos: Educação Profissional;
- Disponibilização de material de referência complementar, preferencialmente na forma digital, além de uma bibliografia ampliada, para estudos posteriores.

Webinários – Seminários de Pesquisa via Internet

Como estratégia de abordagem de temas de interesse da Educação Profissional, estabelecemos como atividade complementar específica, a realização de três Seminários de Pesquisa a serem implementados através do convite de estudiosos de diversas áreas, alternando-se a cada oferta. Cada webinário terá a carga horária de quatro horas de atividades.

O seminário será difundido pela Internet, no formato webconferência, permitindo o retorno através de perguntas dos participantes via e-mail em simultaneidade ao evento. Todavia os seminários serão gravados e disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem, para

consulta futura ou para permitir àqueles que desejarem possam rever a qualquer tempo. Cada evento acontecerá sempre nos dias previstos para interações síncronas entre estudantes e professores.

Nestes três eventos os temas serão colhidos de acordo com o desenvolvimento do curso, interesse dos alunos, inovações educacionais, tecnológicas, científicas ou ainda o convite a personalidades ligadas à Educação Profissional. O Colegiado do Curso definirá o tema com antecedência e a Coordenação do curso informará aos alunos.

Orientação: Descrever quais e como serão implementadas as atividades complementares no curso.

4.5 Avaliação do Processo Ensino e de Aprendizagem

A **avaliação da aprendizagem** neste processo educativo obedece às determinações do Regulamento Didático Pedagógico do IFSC, no que couber, incluindo as seguintes especificidades:

A avaliação da aprendizagem deve sempre ter como referência o Perfil Profissional, os objetivos e as competências aqui descritas, além dos conteúdos de cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem visando a construção de saberes. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino da unidade curricular, estimulando o aluno a: pesquisa, reflexão e criatividade.

As avaliações de cada unidade curricular, podem constar de:

- Observação da participação dos alunos pelos professores, no AVEA;
- Trabalhos de pesquisa individual ou coletiva;
- Provas escritas, com ou sem consulta;
- Exercícios de fixação ou aprimoramento;
- Planejamento e execução de projetos;
- Relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- Atividades práticas referentes à formação docente;

A recuperação de estudos compreenderá a realização de nova atividade no decorrer do período letivo, que possam promover a aprendizagem.

As novas atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação o aluno será submetido a nova avaliação, prevalecendo sempre o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação. Provas ou entrega de trabalhos de recuperação ocorrerão sempre na data da avaliação presencial posterior ao prazo estabelecido para recuperação.

A **avaliação do ensino** ocorrerá regularmente através dos instrumentos da Comissão Própria de Avaliação – CPA, bem como será promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário a ser aplicado a cada aluno ao final de cada semestre, uma vez compilados os dados pela Coordenação, será o documento disponibilizado a cada professor, para contribuir na revisão de suas práticas e estrutura da unidade curricular.

Orientação: Descrever a forma de avaliação da aprendizagem e os critérios utilizados, consoantes ao RDP.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

Segundo a Resolução CONSUP-IFSC 105/2011, republicada em 2016: “O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) caracteriza-se pelo uso da interdisciplinariedade para estimular as aptidões intelectuais do aluno a partir dos conhecimentos construídos ao longo do curso.” Deve exercitar as habilidades de pesquisa e sistematização de saberes e elaboração de um documento a ser defendido em sessão pública.

Dentre as modalidades de apresentação de resultados contantes naquela Resolução, definimos o artigo científico-tecnológico como nossa forma de apresentação dos resultados da pesquisa, considerando o Artigo 24, alínea II, da referida Resolução:

Artigo científico-tecnológico: – retrata a síntese dos resultados de uma pesquisa, que pode ser bibliográfica, documental, comparativa, experimental, exploratória, explicativa, pesquisa-ação, etnografia, estudo de caso, entre outros tipos. Deve conter os seguintes elementos: título (com possibilidade de subtítulo), nome do autor, resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento (ou título compatível com os conteúdos que compõem essa parte do artigo científico), conclusão ou considerações finais, referências e notas explicativas. O artigo deve estar formatado para publicação em uma revista técnico-científica da área do curso, escolhida pelo aluno em concordância com o seu orientador, e explicitada na primeira página do artigo. Deve ter aproximadamente 15 páginas (considerando o formato A4, letra tamanho 12, e espaçamento de 1,5).

O Projeto de Pesquisa deverá ser avaliado com base nos seguintes critérios:

- Relevância na área do curso, sintonia com o perfil profissional e as competências;
- Exequibilidade, referente à capacidade técnica e científica do aluno em conduzir com proficiência a atividade;
- Viabilidade, referente à possibilidade de execução da atividade dentro do cronograma;
- Capacidade técnica e disponibilidade de recursos para sua realização.

O TCC pode ser um dos seguintes produtos:

1. Elaboração de estudo teórico, com a devida revisão bibliográfica;
2. Elaboração e implementação de pesquisa científica sobre tema relativo à EP;
3. Elaboração de material didático para a EP, incluindo módulo didático, material de apoio educativo, sistema de apoio instrucional ou outro produto aplicável à educação profissional;
4. Elaboração de relatório de análise crítica de projeto pedagógico de curso, com as devidas fundamentações e recomendações;
5. Análise e recomendações de uso de material didático comercialmente disponível e sua aplicação em sala de aula dos cursos técnicos;

O TCC será apresentado em forma de Monografia, isto é, elaboração e apresentação individual de um artigo científico. Devendo observar o disposto na Resolução CEPE 105/2011, republicada em março/2016. Sendo defendido perante uma banca de, no mínimo, três professores, cujo coordenador será o orientador.

Orientação: Detalhar o TCC, carga horária destinada, formas de elaboração (artigo científico-tecnológico possível de publicação, monografia, relatório de pesquisa de campo ou Relatório de atividade de extensão), critérios para acompanhamento/orientação e apresentação, composição da comissão de avaliação, prazo para finalização e entrega de cópia física e impressa à Instituição com as devidas correções.

4.7 Atividades de Tutoria

Como inovação educacional, o presente PPC prevê uma estratégia diferente para as atividades letivas:

Docência Compartilhada: Como a oferta deste curso será sempre de várias turmas simultâneas, mais de um professor estará envolvido numa mesma unidade curricular, todavia, não de forma isolada, mas ambos atuando simultaneamente em todas as turmas, isto é, se uma mesma UC tem dois professores ambos organizarão as atividades letivas, exercícios e atividades práticas, chats, fóruns de discussão, avaliações presenciais e a distância, isto permite que os professores possam prestar um atendimento mais efetivo a cada aluno ao longo de toda UC.

Tutoria a distância: Na docência compartilhada, os professores serão os tutores a distância, em sua unidade curricular, acompanhando o desempenho discente ao longo das atividades no ambiente virtual de aprendizagem. Todas as interações, dúvidas, atividades letivas serão desempenhadas no ambiente virtual de aprendizagem, sempre acompanhadas pelos respectivos professores.

Interações síncronas: acontecerão por webconferência a cada quinze dias, quando os alunos estarão conectados ao CERFEAD para as atividades conforme plano de aulas de cada unidade curricular.

Avaliações presenciais: em cada polo ou NEAD, haverá um servidor do IFSC responsável por imprimir, organizar a sala e aplicar as avaliações, remetendo-as à Coordenação do Curso.

As UC **Observação da Prática Docente e Prática Docente**, terão estratégia própria de implementação, descritas em seus planos de curso, sendo essas atividades presenciais.

Orientação: Descrever como acontecerão as atividades de tutoria, para cursos EAD.

4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

Aplicam-se os mesmos critérios do RDP para validação de unidades curriculares de cursos de graduação. O coordenador do curso analisará o requerimento, eventualmente consultando ao Colegiado do Curso, sobre a pertinência da validação.

A certificação de saberes, no âmbito do CERTIFIC, se dará por projeto pedagógico próprio.

Orientação: Descrever os critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente em outros cursos de nível semelhante, com unidades curriculares da Matriz Curricular deste Curso.

4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

A produção de conhecimento, especialmente tecnológico e a articulação com as comunidades em que os campi estão inseridos é motivo para o incentivo à pesquisa e à extensão.

O IFSC dispõe a cada ano de editais de apoio à participação em eventos, para seus servidores e alunos, este é um incentivo para a sistematização de novos saberes em cumprimento à nossa missão.

A Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPEI e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, são exemplos de dois grandes eventos de divulgação científica e tecnológica que o IFSC promove todos os anos, além disso, uma grande quantidade de eventos patrocinados, apoiados ou incentivados pela instituição, estimulam servidores e alunos à produção e apresentação de trabalhos.

Para os alunos desse curso, além da participação nos já citados eventos, estimular-se-á a produção de material didático para os cursos técnicos, bem como material e estratégias

envolvendo educação a distância, estimulando o uso de tecnologias educacionais, como estratégia de permanência e êxito dos processos educativos.

Orientação: Detalhar possíveis formas de incentivo à pesquisa e extensão bem como a produção científica e tecnológica.

5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 Coordenador do Curso

O curso será coordenado pelo Prof. Paulo Roberto Wollinger, Dr. Para atribuições e responsabilidades da Coordenação do Curso, observar os Artigos 11 e 12 da Resolução 105/2011.

Nome, e-mail, telefone, titulação, formação acadêmica e regime de trabalho.

5.2 Corpo Docente

Nome	Graduação	Titulação
Amilton Luiz Rabello	Administração	Mestre
Carlos Alberto da Silva Mello	Turismo	Mestre
Crislaine Gruber	Moda	Mestre
Douglas Paulesky Juliani	Ciência da Computação	Doutor
Eliane Juraski Camillo	Letras	Doutor
Érico de Avila Madruga	Direito	Mestre
Fabiana Besen	Administração	Doutor
Fabiana Bohm Gramkow	Administração	Mestre
Gislene Miotto Catolino Raymundo	Pedagogia – Licenciatura	Doutor
Igor Thiago Marques Mendonça	Engenharia da Computação	Mestre
Márcia Eunice Lobo	Pedagogia – Licenciatura	Doutor
Maria dos Anjos Lopes Viella	Pedagogia – Licenciatura	Doutor
Marizete Bortolanza Spessatto	Pedagogia – Licenciatura	Doutor
Nilo Otani	Administração	Doutor
Olivier Allain	Letras – Licenciatura	Doutor
Paulo Roberto Wollinger	Engenharia Elétrica – Licenciatura em EPT	Doutor
Sabrina Bleicher	Design	Doutor
Giovana Schuelter	Ciência da Computação	Doutor

Observação: o corpo docente do CERFEAD assumirá o conjunto de aulas da matriz curricular. Em cada disciplina foram nomeados aqueles responsáveis pela elaboração dos descritivos para este projeto.

5.3 Colegiado do Curso

Após matrícula dos alunos no primeiro processo seletivo, a Coordenação do Curso chamará todos os docentes para definição do Colegiado de Curso, ao longo do primeiro bimestre do curso a Coordenação promoverá a escolha de dois alunos para comporem o Colegiado, essa escolha será orientada pela Coordenação, estimulando a participação dos alunos para a escolha de seus

dois representantes no Colegiado do Curso.

O Colegiado do Curso deverá se reunir uma vez a cada semestre ordinariamente, ou extraordinariamente por convocação de seu presidente, quando houver pauta para deliberação ou solicitação pertinente por quaisquer de seus membros.

Orientação: Descrever a composição e funcionamento do colegiado de curso.

6 INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.1 Instalações gerais e equipamentos

O CERFEAD conta com uma ótima estrutura para Educação a Distância, recentemente avaliada pelo MEC, quando mereceu nota quatro (numa escala de um a cinco).

Secretaria acadêmica, Coordenação de Curso, Apoio Administrativo, limpeza e conservação, vigilância, biblioteca e cozinha para apoio a refeições rápidas.

Orientação: Descrever com breve texto de introdução e listar as instalações gerais e equipamentos disponibilizados pela instituição para atendimento ao aluno, tais como: secretaria, salas de aula, sala de professor, sala de reuniões, laboratórios, com suas características de área, iluminação, ventilação, mobília, equipamentos. Organizar em tabela.

6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)

Este curso deverá ser ofertado regularmente pelo CERFEAD, sempre haverá turmas em andamento. A cada nova oferta, outros NEAD poderão ser polo de oferta.

Para a primeira oferta do curso, serão utilizados seis polos de apoio presencial, em verdade nossos Núcleos de Educação a Distância – NEAD, que são as estruturas de EaD em nossos Campi.

Como as atividades síncronas acontecerão por Webconferência, os alunos poderão conectar-se de seus próprios computadores. Assim, sua presença nos polos será obrigatória, pelo menos, a cada dois meses para realização das avaliações presenciais, na mesma tarde reservada às atividades síncronas. Todavia, os alunos poderão ir ao polo para utilizar a biblioteca, computadores e demais recursos que necessitarem a qualquer tempo.

Orientação: Descrever, se for o caso, as características física: área, iluminação, ventilação e os equipamentos dos polos de apoio presencial.

6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

Cada professor será tutor de suas próprias turmas, a partir da estrutura do CERFEAD, onde cada professor tem seu próprio computador pessoal, conexão de alta velocidade à Internet, biblioteca virtual e física.

Orientação: Descrever e listar salas de tutoria, os equipamentos e suas características: área, iluminação, ventilação.

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)

O CERFEAD possui uma completa estrutura para Educação a Distância, consolidada pela sua oferta já de há muitos anos em cursos técnicos, de graduação e pós-graduação.

Sala de videoconferência, estúdio de gravação e edição, equipe de produção de material instrucional, salas de professores, sala de reuniões, além de total acessibilidade a todos os espaços.

Orientação: Descrever as mídias suporte disponibilizadas para desenvolvimento da educação virtual.

6.5 Biblioteca

O CERFEAD conta com uma pequena biblioteca, todavia os alunos têm acesso a todas as bibliotecas dos 23 Campi do IFSC, uma vez matriculados, poderão retirar livros em quaisquer bibliotecas, especialmente a que lhes for mais conveniente, ou daquele Campus em que está matriculado no NEAD. O acervo total do IFSC está a disposição dos alunos, todavia, os materiais instrucionais, sempre procuram disponibilizar livros digitais, para que sejam baixados no computador pessoal do aluno ou leitor eletrônico de livros (e-book).

Orientação: Descrever as instalações da biblioteca, área, ambientes para estudo individual e em grupo, iluminação e ventilação. Descrever e listar os equipamentos disponibilizados na biblioteca. Descrever e listar a mobília que compõem a estrutura da biblioteca. Descrever as características do acervo disponibilizado para o desenvolvimento de curso: livros, publicações periódicas, material digital, etc. Descrever como serão disponibilizados os recursos de informática e como será proporcionado o acesso para o estudante.

7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A cada semestre letivo a Coordenação do Curso promoverá reunião de avaliação, onde cada professor relatará suas atividades, desafios e avanços, além de problemas com alunos, na âmbito do rendimento, bem como, com relação ao comprometimento na realização das atividades. Essas informações, além de contribuir para a avaliação dos alunos e seu desempenho, permitirá colher subsídios para a revisão do PPC do Curso, que deverá ocorrer, regularmente, a cada dois anos, ou em prazo maior, de acordo com a premência e a critério do Colegiado do Curso.

Orientação: Descrever como será avaliado o projeto do curso ao longo do seu desenvolvimento para proceder possíveis adequações ou aprimoramentos.

8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

O CERFEAD solicita aprovação deste PPC e Autorização da Oferta, conforme consta no PDI e POCV do Campus e do IFSC.

Resolução CONSUP XXX/2016.

Orientação: Citar os documentos que autorizam a oferta do Curso (Resoluções Colegiado do Câmpus, CEPE e CONSUP etc). Completar o preenchimento posterior a aprovação do Curso nas instâncias cabíveis.

9 ANEXO

Orientação: Se ainda houver informações que considerar relevantes para o desenvolvimento do curso e a formação do profissional.

O presente projeto contou com a colaboração dos servidores do CERFEAD, em reuniões de trabalho, destacando um GT específico para sua construção, todavia, ao final das atividades o grupo de servidores que compõe o CERFEAD analisou, contribuiu e validou a versão final aqui presente.

Dois dias de intensa atividade sobre formação docente para a Educação Profissional, com a prestimosa participação do Prof. Francisco Aparecido Cordão e do Prof. Jarbas Novelino Barato, nos ajudaram a melhor sintonizar este projeto à formação de docentes dentro dos princípios da formação para o trabalho, pela técnica e pela ciência, fundamentos da Educação Profissional.

As obras citadas ao longo do texto, são aqui referenciadas:

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ. 1996

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

_____. **Em busca de uma didática para o saber técnico**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago., 1999, 47-55

CLOT, Yves. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

GHIDETTI, Filipe Ferreira. “**SENNETT, Richard. O artífice**”, **Horizontes Antropológicos** [Online], 40/ 2013, posto online no dia 14 Março 2014, consultado o 09 Agosto 2016. Disponível em: <http://horizontes.revues.org/219>.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27ª edição. São Paulo. Companhia das Letras. 2014.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation**. New York: Cambridge University Press, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã. Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista**. Trad. Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade – A formação da Identidade dos Institutos Federais**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MORAES et al. “**O professor do IFSC: análise do perfil socioeducacional do corpo docente**”. Boletim Ideia. Ano I – nº 1, Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, dezembro de 2015

MORAES et al. “**O professor do IFSC: análise comparada a partir da institucionalidade de ingresso (parte 2)**”. Boletim Ideia. Ano I – nº 2, Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, dezembro de 2015, disponível em:

http://www.ifsc.edu.br/images/jornalismo/Boletimideia/Boletim_IDEIA_IFSC_2_2016.pdf.

PASTRÉ, Pierre. “**L'Analyse du travail en didactique professionnelle**”. In: Revue française de pédagogie, vol. 138, 2002. Recherches sur les pratiques d'enseignement et de formation. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rpf_0556-7807_2002_num_138_1_1859>

PEÇANHA, Nilo. **Impressões da Europa (Suíça, Itália e Espanha)**. 3ª ed. N. Chini & Cia. Nice. 1912.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 2006.

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Ed. Senac. São Paulo, 2007.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4ª edição. Rio de Janeiro. Record. 2013.

SIGAUT, François. “**Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail...**”. In: Techniques & Culture, 52-53, 2009: 40-49. Disponível em: <<https://tc.revues.org/4770>>

SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle. Tapuscrit. Dossier: “Des outils, des saisons et des hommes”**, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1985. Disponível em: [http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/Inedits/Articles_inedits/1985\(1\)-inedits-Evolution_technique_agricultures_europeennes.pdf](http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/Inedits/Articles_inedits/1985(1)-inedits-Evolution_technique_agricultures_europeennes.pdf)

SIGAUT, François. “**Haudricourt et la technologie**” (Preface). In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie science humaine. Recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. Tapuscrit disponível em: http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/publications/articles_fond/1987b-tapuscrit-Haudricourt_et_la_technologie.pdf

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. “**La didactique professionnelle**”, Revue française de pédagogie [En ligne], 154 | janvier-mars 2006, mis en ligne le 01 mars 2010, consulté le 12 février 2013. Disponível em: <http:// rfp.revues.org/157>

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

WOLLINGER, Paulo R. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental – Uma Abordagem epistemológica**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Florianópolis, setembro de 2016

107º ano da criação das Escolas de Aprendizizes Artífices